SOB A BRISA DO ÍNDICO PORTUGUÊS: TURISMO E PATRIMÓNIO EM ZANZIBAR

MARIA JOÃO CASTRO

mariajoaocastro@fcsb.unl.pt

Doutorada em História da Arte Contemporânea e investigadora integrada do Centro de Humanidades (CHAM) da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (NOVA/FCSH, Portugal). Integrou comissões científicas, organizou e participou em eventos académicos, ações levadas a cabo em Portugal, Espanha, França, Escócia, Roménia, Itália, Dubai, Brasil, Nova Zelândia e Zanzibar, dos quais resultou a publicação de artigos. Os seus domínios de especialização centram-se na História da Arte e Cultura Contemporânea, infletindo na ligação da Arte com o Poder quer em relação à Viagem e aos Estudos (Pós) Coloniais, quer no que concerne ao Turismo. É presentemente bolsista de Pós-Doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia com o projeto "ArTravel. Viagem e Arte Colonial na Cultura Contemporânea".

Resumo

O turismo é, em pleno século XXI, a maior indústria a nível mundial constituindo um fenómeno estruturado a partir de uma articulação dinâmica e tentacular. De entre as formas que o fenómeno consagra, o chamado "turismo de memória" tem vindo a ganhar relevância, assente numa herança colonial cujas valências se formulam segundo uma reminiscência de uma cultura/património outrora partilhada: a dos impérios ultramarinos. Ao ganharem um novo protagonismo, estes lugares pós-coloniais abrem-se a novas leituras, respondendo a um desafio societal da mobilidade contemporânea através do olhar para a viagem como forma de construir cultura e definir identidades, pelo que se propõe cartografar o património de raiz portuguesa no arquipélago de Zanzibar, lugar integral do império lusitano durante duzentos anos e fonte de multiculturalismo e alteridade que o nosso tempo é herdeiro.

Palavras-chave

Impérios Coloniais, Índico, Património, Turismo, Contemporaneidade.

Como citar este artigo

Castro, Maria João (2021). Sob a Brisa do Índico português: turismo e património em Zanzibar. Janus.net, e-journal of international relations. Vol. 12, Nº. 2, Novembro 2021-Abril 2022. Consultado [em linha] em data da última consulta, <https://doi.org/10.26619/1647-7251.12.2.12>

Artigo recebido em 22 Abril 2021 e aceite para publicação em 10 Agosto 2021

SOB A BRISA DO ÍNDICO PORTUGUÊS: TURISMO E PATRIMÓNIO EM ZANZIBAR

MARIA JOÃO CASTRO

Introdução

O turismo é hoje a indústria com maior impacto na economia mundial, constituindo um fenómeno global e transversal de âmbito tentacular. Na sua génese, turismo e colonialismo não são fenómenos da mesma ordem, mas a atividade turística e o imperialismo são produtos fruto de um mesmo contexto encontrando-se intrinsecamente ligados uma vez que passam ambos pela posse de um território e da sua exploração. Certo é que a ascendência dos impérios europeus no desenvolvimento do turismo tem um forte impulso nas Exposições Universais, montras dos territórios ultramarinos que, ao cristalizarem toda uma imagética exótica e longínqua, impulsionaram uma elite a embarcar na viagem colonial que em breve se massificaria, contribuindo para o fenómeno turístico global contemporâneo.¹ As motivações por trás de tal ímpeto assentam em razões distintas, mas uma há que tem vindo a ganhar peso quando se trata de eleger um destino de viagem: a nostalgia pós-colonial que aspira a visitar lugares parados num certo tempo-pedra, ainda não totalmente contaminados por uma urbanidade acelerada, devolvendo momentaneamente uma vivência que o quotidiano da sociedade ocidental há muito excluiu. Esta espécie de “turismo da saudade” tem vindo a ganhar adeptos e percebe-se porquê. Seja pela arquitetura, pela herança cultural, pelo apelo ao “Bom Selvagem” que há em nós, pelo legado artístico ou outro motivo enraizado num pretérito comum, as ex-colónias europeias têm vindo a tornar-se em destinos turísticos de eleição. Por outro lado, o facto de o turismo ser um aliado basilar do desenvolvimento económico, social e cultural, gerando importantes receitas, tem aumentado a pressão sobre as tutelas, havendo a necessidade de administrá-lo de forma responsável e com pensamento crítico, pelo que é um assunto presente nas agendas dos governos, nomeadamente no que concerne ao património a preservar, seja ela material ou imaterial.

Neste sentido, o chamado “Turismo de Memória” tem vindo a ganhar um protagonismo cada vez maior não só dentro das políticas nacionais e regionais dos governos como no âmbito da investigação académica. Daí que esta reflexão proponha criar uma rota de “Turismo de Memória” de herança portuguesa em Zanzibar respondendo à questão: que

¹ Claro que o turismo enquanto fenómeno social não surgiu nas Exposições; ele tem a sua genealogia nos finais do século XVII, início do XVIII com o *Grand Tour*, movimento nascido no seio da aristocracia inglesa que se propôs concluir a sua educação através da verificação/visitação do passado civilizacional. Porém, essa viagem foi sempre canalizada para os grandes centros artísticos europeus (primeiro Itália, depois França e Grécia) pelo que não contemplou os territórios do império cujos residentes/visitantes eram maioritariamente, compostos por missionários, administradores e tropas.

herança patrimonial de raiz portuguesa se pode encontrar no arquipélago de Zanzibar? A sua justificação assenta na centralidade no património enquanto legado de uma memória partilhada e tem objetivo basilar ser um facilitador da integração do turista na História tornando-se parte dela. Por outras palavras: o estimular pelo conhecimento pelo “outro” faz com que nos conheçamos melhor a nós mesmos numa interculturalidade efetiva e plena. A concretização deste objetivo central obriga a uma investigação em sinergia daí a metodologia eleita se ancorar na interdisciplinaridade (ciência histórica, património, arqueologia e história da arte) de vocação e valorização transfronteiriça com ênfase pluricontinental. Porquanto se trate de património material e imaterial, as fontes são, sobretudo, bibliográficas e arqueológicas e estendem-se dos arquivos nacionais portugueses às instituições tutelares de conservação do arquipélago de Zanzibar. Quanto à sua relevância esta assenta no facto de responder a um desafio societal tentacular da mobilidade contemporânea através do olhar para a viagem como forma de construir cultura e definir identidades entre visitantes e visitados produzindo conhecimento e experiências capazes de contribuir para uma ciência cidadã e esclarecida.

I. Contexto Histórico-Patrimonial

Como se sabe, o património é na sua essência de ordem memorial e que o que o caracteriza é o seu carácter simbólico “uma espécie de aura imortalizante” (Lourenço, 2015a: 54), de um momento transcorrido, uma vez que todas as obras humanas têm o seu tempo contado. Ora a diversidade cultural decorrente da ação humana ao longo do tempo num determinado lugar tem vindo a ser valorizada pelo seu pluralismo, característica que permite desenvolver um conhecimento plurívoco. Depois de um período em que o anticolonialismo dominava a opinião pública, a crispação pós-colonial foi lentamente dando lugar a um entendimento menos exclusivo do encontro de culturas cuja preocupação se veio a centrar na preservação do património legado. Um dos exemplos de tal atitude foi a criação em 1998 da rede do Comité Científico Internacional do ICOMOS² e, no seio deste, do Comité para a Partilha da Herança Colonial.³ Esta organização tem vindo a chamar a atenção para a necessidade de unir esforços no sentido de preservar, estudar e promover os bens patrimoniais, dada a importância da diversidade cultural enquanto fonte de intercâmbios, inovação e criatividade das gerações presentes e futuras.

Assim, e dentro desta dinâmica dual (turismo-património) a UNESCO⁴ tem vindo a classificar lugares, práticas e expressões, reconhecidas como parte integrante de uma cultura. E foi o que aconteceu em 2000 com Stone Town, a parte antiga da cidade de Zanzibar na ilha homónima que viu chegar os primeiros europeus em 1503, aquando das viagens de exploração do Caminho Marítimo para a Índia.

Conforme rezam as crónicas, os portugueses foram os primeiros europeus a instalarem-se em Zanzibar. Vasco da Gama (1469-1524) no regresso da Índia

² International Council on Monuments and Sites. Em linha: <https://www.icomos.org/fr> (acedido a 24.4.2021).

³ Em linha: <https://www.icomos.org/risk/2001/colonial2001.htm> (acedido a 23.4.2021).

⁴ Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

assinalou a ilha, conforme rezam os anais da manhã de 29 de janeiro de 1499, quando os portugueses passaram em frente de Zanzibar (Fonseca, 1998:56):

E a um domingo, que foram vinte e sete dias do mês (27.1.1499), nos partimos daqui (baixos de S. Rafael) com mui bom vento à popa e à noite seguinte pairámos. E quando veio a manhã nos achámos junto com uma ilha muito grande, que se chama Zamgibar, a qual é povoada de muitos mouros, a qual estará de terra bem a dez léguas. E ao primeiro dia de fevereiro, à tarde, fomos pousar avante as ilhas de S. Jorge, em Moçambique.⁵

Em 1503, Rui Lourenço Ravascoimpôs ao sultão de Zanzibartributação à coroa portuguesa. Anos depois, e já firmemente estabelecidos em Moçambique e Melinde, os sucessores de Vasco da Gama monopolizaram o tráfico da África Oriental fazendo com que, desde 1522 (Campos, 1935:1-20), Zanzibar se tornasse num protetorado português, embora a feitoria e a casa de hospitalização só fossem estabelecidas após a visita de Nuno da Cunha (1487-1539) à ilha, em 1527.

Em 1580, com a perda de independência da coroa portuguesa para Espanha e o consequente enfraquecimento do império d'além mar originária, em breve, a perda de algumas possessões d'além mar, nomeadamente Mascate (em 1650), Melinde (em 1660) e, finalmente, Zanzibar, no ano de 1698.

Desde então, e entre os finais do século XVII e o século XIX, a genealogia que reinou sobre a ilha deu-lhe um novo impulso, arabizando-a e preenchendo-a com edifícios de nítidos traços islâmicos, por entre os quais surgiram arquiteturas de influências indianas, africanas e coloniais, esta última já no século XIX, quando os ingleses tomaram conta do governo da ilha transformando-a num protetorado. É precisamente por essa altura – em 1879 – que o sultão Barghash (1870-1888) assina com o rei de Portugal, o famoso *Tratado de Amizade e Comércio*. Em 1885, o reino de Portugal abre um consulado na ilha e nomeia como primeiro cônsul Alexandre de Serpa Pinto (1846-1900) e já no século XX, entre 1911 e 1918, Aristides de Sousa Mendes (1885-1954). Nesses tempos, o predomínio da população de raiz portuguesa na ilha era originária de Goa, tendo-se aqui fixado dezenas de famílias que se dedicavam maioritariamente ao comércio sendo a colónia portuguesa, a segunda em número (cerca de 400 pessoas), a seguir à britânica (Mello, 1890:89).

⁵ Convém referir que já antes de Vasco da Gama, Pêro da Covilhã havia avançado pela costa oriental africana passando ao largo da ilha, disso dando conta no seu diário, ainda que de modo pouco claro. Sabe-se que percorreu demoradamente a costa litoral da Azania, tendo integrado embarcações de comerciantes árabes que visitavam com regularidade os portos como Mombaça, Melinde, Zanzibar, Kilwa ou Sofala. Ver Leal Freire, *Pêro da Covilhã*, Gráfica S. José, Castelo Branco, 1964, p. 10.

Imagem 1 - Reprodução do frontispício do *Tratado de Amizade e Commercio*, Lisboa.

Dom Luiz, por graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, Senhor de Guiné e da Conquista, Navegação e Commercio da Ethiopia, Arabia, Persia e da India, etc. Faço saber aos que a presente carta de confirmação e ratificação virem para este effeito um tratado de amizade e assignou na cidade de Zanzibar um tratado de amizade e commercio entre Portugal e o Zanzibar, cujo teor é o seguinte:

Sua Magestade El-Rei de Portugal e dos Algarves e Sua Alteza Sayyid Bárghash-bin-Sa'id-bin-Sultan-bin-Ahmad, Sultão de Zanzibar e suas dependencias, igualmente animados do desejo de estabelecerem por meio de um accordo solenne as relações de amizade que subsistem entre os seus respectivos paizes, territorios e povos, determinaram concluir para este effeito um tratado de amizade e commercio entre os dois paizes; e n'esta conformidade:

Sua Magestade El-Rei de Portugal e dos Algarves nomeou por seu plenipotenciario a Francisco Maria da Cunha, do seu conselho, commendador da ordem de Aviz, coronel de artilheria e governador geral da provincia de Moçambique;

Sua Alteza o Sultão de Zanzibar Sayyid Bárghash-bin-Sa'id-bin-Sultan-bin-Ahmad nomeou seu plenipotenciario a Mahomed Ben Mahomed Bakusomar, os quaes tendo trocado os seus plenos poderes, achados em boa e devida forma, concordaram nos seguintes artigos:

ARTIGO 1.º

Haverá inviolavel paz entre Sua Magestade El-Rei de Portugal e dos Algarves, seus herdeiros e successores, e Sua Alteza Sayyid Bárghash-bin-Sa'id-bin-Sultan-bin-Ahmad, Sultão de Zanzibar, seus herdeiros e successores, em toda a extensão de seus dominios e territorios, e entre os seus subditos respectivamente, sem distincção de pessoas ou logares.

ARTIGO 2.º

Os subditos de Sua Magestade El-Rei de Portugal terão plena liberdade de entrar em todos os portos dos dominios de Sua Alteza Sayyid Bárghash-bin-Sa'id-bin-Sultan-bin-Ahmad, Sultão de Zanzibar, com carregações de qualquer especie que seja, e terão liberdade de vender as mesmas a quaesquer subditos do Sultão, ou a outros que as quizerem comprar, trocá-las por quaesquer productos ou manufacturas do paiz ou por outros generos, com excepção de polvora, munições e petrechos de guerra, que não poderão ser vendidos nos dominios de Sua Alteza sem seu consentimento.

Nenhum preço fixo será estabelecido por Sua Alteza o Sultão sobre os generos que tenham de ser vendidos aos negociantes portuguezes, ou sobre as mercadorias que elles desejem vender; porém o commercio será livre de ambas as partes para o fim de vender, comprar ou trocar, nos termos e pelos preços que o dono julgar conveniente, e quando os subditos de Sua Magestade El-Rei de Portugal quizerem retirar-se terão plena liberdade de assim o fazerem, e se alguma auctoridade de Sua Alteza o Sultão

مكاتبة في تقوية البيع والشرا واثبات الصداقة والمحبة والمودة فيما بين حضرة سلطان البرتغال والكابريس وبين حضرة السلطان السيد برغش بن سعيد سلطان زنجبار وما يليها من البلدان التردد والمتجر ترفا وتضاعو فيما بين سلطان البرتغال والكابريس وبلدان السلطان السيد برغش بن سعيد سلطان زنجبار والسيد السلطان بمقتضى ارادة سلطان البرتغال والكابريس قبل ان يعمل مكاتبة لتقوية البيع والشرا والصداقة والمحبة والتردد في صلاح الطرفين فلهذا سلطان البرتغال جعل وكيله افرنسيكو مريا دكونيا دسيو كسليو كميندورده يوزديد اوبيس كرنل دوار تيليري جورنر حرال مسيح وحضرة السيد برغش بن سعيد سلطان زنجبار وما يليها جعل وكيله من طرفه محمد بن محمد احمد باقشمر وكل واحد من الوكيلين المذكورين عنده حكم تفويض من سركاره وقد اعرضا احكامهما وتقويتيهما على بعضهما بعض وعمل هذه المكاتبة التي ستاتي شروطها بقبول الطرفين المذكورين *

الشرط الاول

ينبغي ان تمام الصداقة والمحبة والمودة فيما بين سلطان البرتغال والكابريس وحضرة السيد برغش بن سعيد سلطان زنجبار وما يتبعها من البلدان *

الشرط الثاني

رعايا البرتغال لهم الرخصة يدخلوا في بنادير بلدان السيد برغش بن سعيد سلطان زنجبار بالصايع المجلوبة في خشيهم ولهم الرخصة يبعوا تلك الصايع على كل من يريد يشتري منهم ويعاوضوه بصايع اخر التي تحصل من بلدان سلطان زنجبار ويكون قطع الثمن بما يتفقوا عليه البائع والمشتري لا يكون احد من اتباع سلطان زنجبار يتعرضهم ولا يدخل نفسه فيما بينهم الا اله الحرب جميعها فليس لهم جلبها الى ممالك سلطان زنجبار الا باذن مند واذا ارادوا يشتروا بصايعا فلهم الرخصة ان يشتروا من كل من يريد يبيعهم ولا يكون احد من اتباع سلطان زنجبار يتعرضهم ولا يدخل نفسه فيما بينهم ويكونوا بانفسهم يقطعوا الثمن وان كان احد من رعايا البرتغال يسكن في زنجبار او يصل

Fonte: Imprensa Nacional (1940). Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Centrando a atenção no património português na ilha, durante os duzentos anos que capitaneou Zanzibar, a coroa do reino de Portugal e dos Algarves procedeu a edificações (feitoria, igreja, hospital) e movimentações (mudança da capital) que reconfigurariam o seu território ainda que pouco tenha subsistido até hoje. Mas

vestígios sabem falar a quem está disposto a ouvi-los; basta atender nalguns testemunhos para se conseguir formular um roteiro heterogéneo capaz de fazer redescobrir parte da herança lusitana na ilha.

Contudo, esta presença e edificação patrimonial no arquipélago de Zanzibar é uma das facetas menos estudadas sobre a expansão e presença portuguesa na África Oriental. São conhecidos, os contributos diretos de Duarte Barbosa (c. 1480-1521), Gaspar Correia (1492-c. 1561) e João de Barros (c. 1496-1570). Entretanto, vieram a lume os estudos mais recentes de Abdul Sheriff e de Mark Horton que realçaram a temática, mas só agora com a crescente importância do turismo nos PIBs dos países, foi lançado o repto para que outros historiadores explorem o tema. Duas ordens de razão podem justificar tal lacuna. Desde logo, o foco no destino-objetivo – Índia – relevando-se para segundo plano os lugares ancoradouros da Rota; depois as fontes reduzidas e pontuais, dispersas por documentação de natureza assaz diversa dificultam o desenhar de um quadro nítido sobre a presença e vivência dos portugueses em terras de Zinj. Dados com hiatos cronológicos largos, documentos disseminados por vários arquivos sem estarem catalogados e que incluem crónicas, relatos, apontamentos administrativos e cartas trocadas entre oficiais de Zanzibar e as instâncias de poder sediadas em Lisboa, condicionam e explicam a raridade (para não dizer ausência) de estudos desta realidade histórica específica. Ainda assim, a informação reunida perspetiva linhas mestras sobre a presença portuguesa no arquipélago de Zanzibar numa inflexão de grande potencialidade histórico-cultural.

II. Subsídios para um itinerário português em Zanzibar

Desenhar um roteiro turístico pelo património material e imaterial de herança portuguesa em Zanzibar resgata uma história inscrita aquando da navegação e da exploração dos contornos do mundo, em consequentes viagens que o configuraram a uma escala global introduzindo a época moderna. Interessa por isso ter em conta que a história é feita por camadas, camadas essas que se vão sobrepondo umas sobre as outras, afundando-se as mais antigas sob as mais recentes, num acumular de sedimentos e testemunhos que consubstanciam frações da narrativa histórica. Aliás, é nesse substrato pretérito que se encerra e justifica parte da Zanzibar contemporânea pelo que elencar esse legado constitui um excelente acesso para, na atualidade, compreender e promover turisticamente o destino Zanzibar.

Adverte-se, porém, que não se trata de elaborar uma lista exaustiva da herança lusitana em solo Zinj mas propõe-se sim a criação um *corpus* patrimonial com identidade própria, sendo que este levantamento será sempre provisório e de múltiplas leituras.

ARQUIPÉLAGO DE ZANZIBAR

UNGUJA (Ilha de Zanzibar)

I – Património Material

1. Stone Town.

Estabelecidas guarnições nos portos de Zanzibar, Pemba e Mombaça, a velha capital de Zanzibar situada em UngujaUkuu, a cerca de vinte e quatro quilómetros a sul da atual capital, foi sendo gradualmente preterida para um local mais a noroeste, e que mais tarde viria a ser conhecido como Stone Town, a Cidade de Pedra. Como se refere no manuscrito português da *Relação feita pelo padre Francisco de Monclaro da Companhia de Jesus*, tal deveu-se ao porto a sul, que *era pequeno*⁶ para as naus portuguesas fundearem. Com a afluência crescente das naus vindas da Índia a nova capital possibilitou um aumento das escalas do tráfico marítimo em Zanzibar, reiterando a importância deste porto na costa do Índico.

2. Feitoria, Hospital, Igreja.

Em Stone Town, e após a visita de Nuno da Cunha em 1527, seria erguida uma feitoria e uma casa de hospitalização, que seguramente acoplava uma capela-igreja. Esta situava-se no chamado Forte Antigo (re) construído pelos árabes após a conquista da ilha aos portugueses nos finais do século XVII. Os indícios apontam no sentido de que, em 1612, terá havido aí uma igreja agostiniana, aparecendo tal ocorrência na bula papal (Gray, 1958:174) de 21 de janeiro desse ano, o que mostra o empenho eclesiástico lusitano para a África oriental. Do pouco se conhece, parece que o poder missionário lusitano encontrou aqui uma sociedade tolerante mas profundamente convicta da sua religiosidade (muçulmana) pelo que a evangelização se reduziu a conversões pontuais. Segundo o artigo de J. J. Campos, havia um edifício onde funcionaria a feitoria e a igreja portuguesa que seria protegido por um muramento erguido posteriormente pelos árabes. Em 1774, Alexander Dalrymple – o geógrafo escocês – afirmaria no seu *Collection of Charts etc. in the Indian Navigation*, que essa “fortaleza” parecia uma igreja em ruínas. Uma inscrição no museu da Beit al Ajaib informa:

Remanescentes Portugueses indicando ter existido uma capela portuguesa de traça cruciforme, com janelas retangulares, construída no século XVI, e da qual restam vestígios na parede oeste do velho forte.

E, a poucos metros, no Velho Forte, uma placa reitera que este foi:

Erguido pelos árabes omanis cerca de 1700 com base nos materiais da antiga capela portuguesa e residência contígua.

⁶ *Relação feita pelo padre Francisco de Monclaro da Companhia de Jesus, da expedição ao Monomotapa, comandada por Francisco Barreto*, Manuscrito português nº 8, fls. 241-265, V., BNP, Lisboa, 1573, p. 344

Imagem 2 - Placa informativa à entrada do Forte Velho, Stone Town.

Fonte: Fotografia de Maria João Castro.

Estudos e escavações recentes – em 2017 e 2019 – confirmam a autoria da igreja⁷ e avançam para novas formulações de interrogações no que concerne

Quanto ao antigo hospital, este foi edificado a seguir à visita do futuro governador da Índia, Nuno da Cunha que, ao conquistar definitivamente Mombaça em 1527, desembarcou com o seu capitão da guarda Manoel Machado em Zanzibar onde deixando duzentos enfermos ao cuidado de Aleixo e Sousa Chichorro. Desde essa data, a ilha iria figurar como um porto de hospitalização de doentes na Rota da Índia, uma vez que era menos palustre do que Moçambique (Strandes, 1961:118) e foi só com a expulsão dos portugueses, em 1698, que o Real Hospital (na ilha) de Moçambique se tornou basilar enquanto local de cura dos soldados e tripulantes enfermos vindos nas naus do reino.⁸

⁷ Em linha: <https://www.bristol.ac.uk/news/2017/august/early-portuguese-churches.html> (acedido a 24.5.2021).

⁸ A criação do Real Hospital (na Ilha) de Moçambique remonta ao século XVI tendo sido confiada, em 1681, a sua administração aos religiosos da Ordem de São João de Deus. No ano seguinte, 1682, os hospitaleiros transferiram o hospital para o sul da povoação, numa zona considerada de melhores ares.

3. Beit al Ajaib (Casa das Maravilhas).

3.1. Canhões.

À entrada da maior construção de Stone Town até ao século passado figuram dois canhões portugueses.⁹ Ambas as peças, fundidas em bronze, trazem em relevo as armas de D. João III (1502-1557) com a coroa e a cifra real "J" em ornato, sendo o estandarte real sustentado por um leão heráldico. Uma das peças mede 3.7 metros e tem calibre de 20 centímetros e diâmetro de 55 centímetros; a outra tem 3.12 metros de comprimento, calibre de 18 centímetros e diâmetro de 44 centímetros. Há ainda um outro canhão, o maior de todos, que se encontra no jardim do Palácio do Residente inglês com 4.15 metros de comprimento.

Numa legenda em persa gravada posteriormente pode ler-se:

Imagens 3, 4, 5 - Canhões Portugueses à entrada da Beit al Ajaib, Stone Town.

Fonte: Fotografia de Maria João Castro.

Em nome de Deus e por graça de Mahomed Ali comunica-se aos verdadeiros crentes congregados para guerrear, as boas notícias do sucesso e vitória no ano de 1031 da Hegira.¹⁰ No reinado de Shah Abbas, Safawi, Rei da Terra e do tempo, cujo poder sempre aumenta, imamKuliKhan, pela graça de Shah, Defensor da Fé, conquistou Fars, Lar, Monte Kaiwan, Bahrein e a Fortelaza de Ormuz e prendeu Ibn Ayyub.

⁹ Em linha: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BIVG/BIVG-N026&p=24> (acedido a 21.4.2021).

¹⁰ 1622 da nossa Era Comum.

Depreende-se da inscrição que os canhões terão vindo de Ormuz, após o cerco de 1622 e que terão sido os árabes de Omã a transportar as peças para terras de Zinj.

3.2. Pedra.

No Museu do rés-do-chão da Beit al Ajaib, a um canto e protegida por uma vitrina, jaz uma pedra de arenito cinza, cujos sulcos desenham letras que se agrupam em palavras portuguesas. O cinzel gravou uma frase da qual são hoje legíveis as seguintes letras:

VEL¹¹

LEITAO¹²

G...SEM

TÃO MOR¹³

MEMDES¹⁴

SELO¹⁵

Este tipo de pedra não existe em Zanzibar pelo que se supõe que a pedra terá vindo de Portugal.

Imagem 6 - Pedra com inscrição em Beit al Ajaib, Stone Town.

Fonte: Fotografia de Maria João Castro.

¹¹ Fragmento da palavra *Notável*?

¹² Palavra referente ao nome próprio *Leitão*?

¹³ Fragmento da palavra *Capitão-mor*?

¹⁴ Palavra referente ao nome próprio *Mendes*?

¹⁵ Palavra referente ao apelido *Vasconcelos*?

Quanto ao nome, sabe-se que em Mombaça, as obras na fortaleza de Jesus foram iniciadas pelo seu primeiro capitão, Mateus Mendes de Vasconcelos entre 1593 e 1596, e sabe-se igualmente que o capitão morto aquando do assalto ao mesmo baluarte em 1631 se chamava Pedro Leitão de Gamboa. A datação aponta para o século XVII pelo que ambas as hipóteses são plausíveis carecendo de um estudo mais aprofundado.

Quanto à sua função, a legenda que acompanha a pedra diz que esta é um testemunho de *uma lápide de sepultura do Velho Leitão, aparentemente encontrada na zona de Uroa, na parte este da ilha*. Contudo, o seu tamanho e as palavras inscritas apontam mais no sentido de ter sido uma pedra comemorativa, uma vez que numa lápide de túmulo tende a gravar-se outro tipo de epígrafes.

4. Arco Português.

Na esquina do cruzamento das ruas Kanuda e Vuga, e inserido num pequeno jardim, encontra-se o chamado Velho Arco Português. Não obstante a sua construção e edificação se encontrar envolta em mistério, a sua estrutura e elementos decorativos são idênticos a outros portugueses espalhados pelo mundo. Sem se encontrar datado, o arco ogival com capiteis laterais coríntios poderá ser um vestígio da presença portuguesa na ilha ou, simplesmente, ter sido construído com base na influência arquitetónica religiosa disseminada pela costa oriental africana de origem lusitana.

Imagem 7 - Arco Português, Stone Town.

Fonte: Fotografia de Maria João Castro.

5. Ruas.

5.1. Rua Portuguesa.

A rua Portuguesa ficava por detrás do forte velho e foi rebatizada de Gizenga. Hoje, continua a ser uma das mais movimentadas da capital tal como o era há mais de um século quando aí se encontravam a maior parte das lojas dos comerciantes portugueses vindos Goa. Em fotografias de época pode observar-se os letreiros com apelidos portugueses como Silva, Paixão de Noronha, e que anunciavam as lojas de especialidades várias como medicina, vinhos e fotografia.

Imagem 8 - Antiga Rua Portuguesa hoje renomeada Gizenga Street, Stone Town, c. 1930. Postal de época.

Fonte: Coleção da autora.

5.2. Rua Souza.

Sobre esta rua há um testemunho do século XIX que a enuncia da seguinte forma:

Avolumavam os portugueses indianos, que em Zanzibar compõem uma numerosa colonia, cujos membros quasi todos se apelidam de Souza e vendiam bebidas alcoólicas. Há até na cidade uma rua dos Sousas (Anónimo, 1851: s.p.).

Imagem 9 - Anúncio ao estabelecimento *Sequeira & Souza*, Stone Town, 1924.

Fonte: Coleção RohitRamezOza, Capital ArtStudio.

6. Ruínas de Fukuchani e Mvuleni.

No museu da Beit al Ajaib, em Stone Town, uma inscrição assinala:

Em Fukuchani e Mvuleni existia um conjunto de herdades ou feitorias nestas zonas rurais com portas em arco e brechas nas paredes exteriores que, de modo defensivo, serviam para colocar armas de fogo.

Os vestígios das habitações portuguesas de Fukuchani e Mvuleni situam-se no norte da ilha. Provavelmente eram antigas casas de comerciantes, ambas datadas do século XVI.

Em Fukuchani, frente à ilha de Tumbatu, o recinto em torno da habitação principal mostra uma cercania de paredes com altura de dois metros e que mostra, sem grande dificuldade, orifícios perfurados destinados a neles colocar armas. Cada uma destas aberturas tem uma orientação diferente consoante o ângulo do alvo que se pretendia atingir. O edifício principal encontra-se agora protegido por uma estrutura de colmo que abriga as paredes que dividem quartos dispostos em torno de um corredor central de leste a oeste, com varandas na parte da frente e nas traseiras. As portas foram desenhadas em arcos *vidaka*, típicos da arquitetura local. As autoridades ligadas ao património procederam a várias escavações mas poucos indícios foram resgatados¹⁶ não permitindo apurar o seu real propósito.

A menos de um quilómetro a sul de Fukuchani, uma muralha rematada por um portão ferrugento, guarda Mvuleni. O plano da construção de Mvuleni é quase

¹⁶ Nas imediações, achados recentes puseram a descoberto missangas, potes chineses e cerâmica vermelha polida, bem como duas moedas do Império do Meio datadas do século XIV, confirmando estes artefactos a presença dos chineses antes da chegada dos portugueses.

idêntico ao de Fukuchani. Também aqui se observa aberturas na muralha defensiva que serviam para colocar as armas dos seus proprietários. A parede leste do recinto delimita um tanque subterrâneo alimentado uma por fonte de água doce. Ao contrário de Fukuchani, as ruínas de Mvuleni encontram-se submersos de vegetação já patente em fotografias do início do século XX e pertencentes aos Arquivos Nacionais. Na parte central da fachada sobressai uma enfiada de portas lateralizadas por janelas de arcos ogivais de nítida influência árabe.

Imagem 10 - Fachada da antiga habitação portuguesa em Mvuleni, Unguja.

Fonte: Fotografia de Maria João Castro.

7. Arcas/baús

Feitas em madeiras nobres e decoradas com embutidos em latão, prata e madrepérola as arcas de Zanzibar refletem o estilo indo-português importado de Goa. Conhecidas como *sanduku* (do árabe *sandūq*) ou *kasha* (do português *caixa*) estas peças de mobiliário substituem cómodas, armários e roupeiros e são herdadas de uma geração para a seguinte como bens de grande valor.

II – Património Imaterial

1. Vocabulário

Subsiste hoje no vocabulário suaíli um conjunto de palavras cuja origem remonta aos portugueses. A maior parte destas palavras liga-se ao mar e percebe-se porquê: porque foram eles os primeiros a dinamizar o comércio marítimo na costa suaíli, apesar de já anteriormente haver tráfico na região. A título de exemplo enunciam-se as seguintes que, por mais comuns, são facilmente audíveis nas conversas do quotidiano:

Quadro 1 - Exemplos de vocábulos suaíli de origem portuguesa:

almirante	almiranti
amarra	amari
bandeira	bendera
barquinha	barikinya
batel	batela
bomba	bereu
boia	boya
bolo	boleo
bule	buli
caixa	kasha
cárcere	gereza ¹⁷
cana	kana
chapéu	chepeo
companhia	kompania
copo	kopo
fronha	foronya
lenço	leso
limão	mlimau
manteiga	manteka
mesa	meza
padre	padri
pão	pao
parafuso	parafujo
pistola	batola
roda	roda
sapato	sapatu
tabaco	tumbako
vinho	mvinyo
xaile	shali

No conjunto, há perto de sessenta palavras de raiz portuguesa ainda hoje utilizadas no vocabulário suaíli em Zanzibar.

2. Fotógrafos

Variados fotogramas de época, tirados por profissionais com apelidos como Gomes, Coutinho, Souza, Almeida ou Silva, subsistem até aos dias de hoje num “sultanato” de fotógrafos de ascendência portuguesa que tem vindo a ser estudada, permitindo começar a perceber a dinâmica da viagem dos residentes da Índia portuguesa para a ilha de Zanzibar.¹⁸

Este movimento inscreve-se no final do século XIX quando desembarcam famílias goesas vindas da Índia Portuguesa para abrirem estúdios fotográficos. A *Coutinho Bros* foi provavelmente a primeira casa fotográfica comercial na África

¹⁷ Este é o termo suaíli para cárcere e vem do português *igreja*, tendo a sua origem no facto de muitas igrejas e fortes portugueses espalhados ao longo da costa africana terem sido posteriormente convertidos (pelos árabes e ingleses) em cárceres. Daí a analogia.

¹⁸ Ver estudos de Pamila Gupta. Em linha: https://www.researchgate.net/publication/325077977_Sensuous_Ways_of_Seeing_in_Stone_Town_Zanzibar_Patina_Pose_Punctum(acedido a 20.4.2021).

do leste tendo feito, em 1890, sociedade com a A. C. Gomes (que tinha um estúdio na ilha do Zanzibar desde 1870), dos irmãos Coutinho, ambos de origem portuguesa. Os filhos de A. C. Gomes continuaram o negócio da família assinando *A. C. Gomes & C^o, photographers, Zanzibar*; alguns anos depois encontramos carimbos com *Copyright issued by A. C. Gomes & C^o, Son, Zanzibar* e finalmente *A. C. Gomes & C^o, Sons, Zanzibar*.

Hoje sobra uma única loja aberta, a *Capital Art Estúdio*, na Kenyatta Road. Em atividade desde 1930, teve como fundador Ronchad T. Oza(? -1993) que, apesar de não ser de origem goesa, começou a trabalhar como aprendiz de fotógrafo para a casa *A.C.Gomes & C^o, Sons* em 1925. Ronchad tornou-se o fotógrafo oficial do sultão Khalifa bin Haroub (1879-1960). Em 1979 o seu filho, Rohit Ramez Oza, ficou à frente da loja, um espaço que remete para um tempo pretérito dado pelas paredes forradas a fotografias a preto e branco. Em muitos destes registos, as ruas retratadas exibem tabuletas penduradas anunciando apelidos de origem portuguesa mostrando a profusão de famílias eu até à meio século habitava as ruas de Stone Town.

Imagem 11 - Capital Art Studio, Rohit Oza, Stone Town.

Fonte: Fotografia de Maria João Castro.

3. Toda a documentação relativa às relações Zanzibar-Portugal que se encontra nos National Zanzibar Archives (ZNA), Arquivo da Torre do Tombo, Biblioteca do Ministério dos Negócios Estrangeiros, e Arquivo Histórico Ultramarino e que contém variados documentos entre os sultões de Zanzibar e a monarquia portuguesa.

ILHA DE PEMBA

1. Fortaleza ChakeChake.

Acredita-se que a fortaleza de Chake Chake¹⁹ teve origem portuguesa (1594).²⁰ O antigo espaço – uma espécie de quartel seiscentista – acredita-se que tenha

¹⁹ Em linha: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BIVG/BIVG-N026&p=17> (acedido a 21.4.2021).

sido destruído pelos omanitas para dar lugar a um novo edifício defensivo, uma fortaleza. Os vestígios da guarnição portuguesa não são visíveis mas há registos datados do início do século XIX que a descrevem como sendo de planta retangular, com duas torres quadradas e duas redondas nos cantos, encimadas por telhados de colmo. Como se sabe, as torres redondas são típicas da arquitetura árabe e suaíli da época, mas as torres quadradas são incomuns e indicam a possível influência portuguesa. Hoje alberga o Pemba Museum showing, History and Culture of the Island including early history, polity, maritime culture, colonial occupation and ways against it, years of politics, independence and revolution.

2. Touradas.

Introduzidas em Pemba durante a colonização portuguesa as touradas têm lugar durante as mais variadas comemorações na ilha, como, por exemplo, no dia de Ano Novo. Reminiscências de uma tradição implantada no século XVII, as touradas são vistas como um teste de bravura dos homens que possuem gado bovino mantém-se dentro de um forte cunho comunitário e festivo em pequenas aldeias como Chuale e Kangagani.

Concluída a elencagem não exaustiva, e ao contrário do que Oliver e Mathew escreveram de que “a presença portuguesa durante 200 anos não contribuiu em nada para a arte e a arquitetura” e de que a sua passagem foi “um mero sonho perdido” (Oliver, 1963:168), constata-se que esta não foi meramente residual mas relevante no sentido de ter deixado um legado que o tempo se encarregou de extinguir. Porém, nas últimas décadas começou-se a perceber o seu alcance, mercê de novas investigações, escavações e análises que têm vindo a ser concretizados através de parcerias e protocolos com entidades estrangeiras e que têm trazido à luz da contemporaneidade alguns dados significativos com que se colmatam zonas menos claras da história.

Dito isto é preciso não esquecer que a vitória definitiva dos árabes de Muscate sobre os portugueses em 1698 e o colonialismo inglês que tornou a ilha num protetorado britânico durante parte do século XIX e XX em muito contribuíram para uma diluição de vestígios de culturas anteriores, como aliás acontece em todos os processos históricos.

III. Considerações não finais

Traçado o itinerário de parte da herança portuguesa em Zanzibar interessa perceber que a história é uma descoberta em permanente crescendo que se constrói e perspetiva numa dinâmica de múltiplas abordagens. A própria visão dos bens culturais e artísticos que integram o património de um país encontra-se em constante

²⁰ Em linha: <https://books.google.pt/books?id=Zlqv0gSkk-kC&pg=PA8&lpg=PA8&dq=dhow+zanzibar+portuguese&source=bl&ots=mQ6k3Whbvt&sig=ACfU3U2-xP1nOSvgTxn3wVb6sOxmoQnzOg&hl=pt-PT&sa=X&ved=2ahUKEwi1IpSt6ZXpAhVE4eAKHQQuKBVgQ6AEwBnoECAoQAAQ#v=onepage&q=dhow%20zanzibar%20portuguese&f=false> (acedido a 2.5.2021).

reconfiguração pelo que não há olhares unifocais ou definitivos; há sim aproximações que, sendo interdisciplinares, transnacionais e intercomunitárias alavancam a construção de uma política de património cultural responsável e atenta. Porque o património pode ser um instrumento de resiliência das comunidades locais, sendo elemento basilar na manutenção de uma identidade comum. Na verdade, ele tem vindo a ser usado como força prospetiva capaz de promover o bem-estar e a coesão, contribuindo para uma sociedade mais inclusiva e sustentável, dentro de uma dinâmica geopolítica mais altruísta e solidária.

Nesse sentido, se se tiver em atenção o crescimento de um mercado turístico sustentado com os recursos de Zanzibar, este poderá ser o catalisador para uma melhoria da qualidade de vida da sua população e da sedimentação da sua identidade cultural. Claro que o equilíbrio desta equação é desafiante e coloca uma série de questões aos governantes. Sendo o turismo um fenómeno recente (anos 1970) no arquipélago – impulsionado pelo declínio da cultura do cravinho a partir de 1975 –, este foi visto como substituto da entrada de divisas na ilha, com base numa oferta que alia não só lazer (vilegiatura) mas igualmente uma cultura própria árabe-suaíli. O sucesso desta aposta traduz-se no facto de o turismo contribuir com mais de 27% do produto interno bruto (Keshodkar, 2013:71) – dados de 2012 – o que não só mostra a ascendência do setor na economia como equaciona novos reptos à preservação da mesma (Zanzibar Mail, 2020:7).

No campo de uma filosofia, etnologia, antropologia ou historiografia da arte, a compreensão da natureza de uma dada herança artística foi frequentemente ancorada num pensamento de matriz ocidental (Palmeirim, 2006: 14) que os estudos pós-coloniais vieram agitar. O que será, porventura, parece basilar neste âmbito é que, independentemente de correntes, linhas de pensamento ou tomadas de posição etnocêntricas, a herança cultural-artística cartografada num dado território integra uma genealogia estética e simbólica que determina o tempo e a vivência presente. Nesse sentido, a pesquisa visual de uma fenomenologia do lugar construído sob várias camadas histórico-artísticas realiza-se plenamente em Zanzibar.

Seja como for, no palimpsesto diáfano e melífluo que é Zanzibar, a ilha-joia da civilização islâmica e suaíli apresenta-se hoje como um foco turístico de eleição que vai muito para além da oferta unívoca do destino praia. Porque a riqueza do património e da memória resultante de uma narrativa fundamentada na miscigenação das culturas árabe, africana, indiana e também lusitana, coloca o seu território como um destino referencial da cultura do Índico. Tal circunstância constitui um desafio para a tutela do arquipélago pois centra-se num equilíbrio de uma equação de grande fragilidade e complexidade: conservação, desenvolvimento e sustentabilidade.

Um digno ponto de partida foi o reconhecimento de Stone Town como Património Mundial pela UNESCO em 2000. Encontrar o equilíbrio certo entre a qualidade de vida dos habitantes e a qualidade da experiência dos visitantes, garantindo – sobretudo – que os valores patrimoniais não são postos em causa, é sempre um desafio, não obstante o potencial dos recursos de Zanzibar não se esgotarem na Cidade de Pedra indo muito para além dela. Resta crer que, sob a brisa do Índico, o legado de um tempo em que a expansão portuguesa passava pela instalação de empórios e tratos de comércio junto ao mar constitui uma memória e um património capaz de

aprofundar a dimensão histórica não só para quem procura reminiscências de um pretérito partilhado como, principalmente, sabe que só conhecendo o passado se pode ter em perspectiva o porvir porque a verdade última é que “*nós só existimos no espelho dos outros*” (Lourenço, 2015b).

Referências

- AAVV (1888). *Negócios Externos. Documentos Apresentados às Cortes. Negociações com Zanzibar*. Sessão Legislativa de 1888. Lisboa: Imprensa Nacional.
- AAVV (1998). *O Centenário da Índia -1898- e a Comemoração da viagem de Vasco da Gama*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- AGA KHAN (2017). *Zanzibar Stone Town Projects. Historic Cities Support Programme*. Stone Town. The Aga Khan Trust for Culture-AKDN.
- Anónimo (1851-1900). *Notas de Viagem a Zanzibar*, fragmento de manuscrito anónimo, Lisboa: BNP. Em linha: <http://purl.pt/27148/3>
- Campos, J. J. (1935). *Boletim do Instituto Vasco da Gama*. N.º 26.
- Carvalho, Selma (2016). *Baker Butcher Doctor Diplomat. Goan Pioneers of East Africa*. United Kingdom, SC.
- Castro, Maria João (2019). *Zanzibar. Art of a (Re) Encounter*. Lisboa: Caleidoscópio.
- Coupland, R. (1965). *East Africa and Its Invaders. From the earliest times to the death of Seyyid Said in 1856*. New York: Russel & Russel.
- DGNE (1940). *Tratado de Amisade e Commercio de 1879*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Fonseca, Luís Adão da (1998). “Relato directo da viagem de descobrimento do caminho marítimo para a Índia”, *Vasco da Gama: o Homem, a Viagem, a época*. Lisboa: Expo 98.
- Freeman-Grenville, G. S. P. (1989). “The Portuguese on Swahili Coast. Buildings and Language” in *Revista Stvdia*, N.º 49. Lisboa: Instituto de Investigação Científica e Tropical.
- Gray, John (1958). *Early Portuguese Missionaries in East Africa*. London: Macmillan and Co. Limited.
- Hall, C; Tucker, Hazel (2004). *Tourism and Postcolonialism. Contested discourses, identities and representations*. London: Routledge.
- Horton, M. C.; Clark, C. M. (2010). *Archaeological Survey of Zanzibar*. London: Routledge.
- Horton, Mark (2021). *Zanzibar Archaeological Survey*. Ministry Inf., Western Sydney University.
- Keshodkar, Akbar (2013). *Tourism and Social Change in Post-Socialist Zanzibar: Struggles for Identity, Movement, and Civilization*. United Kingdom: Lexington Books.
- Lans, Van Der (2019). *Ng'ambo Atlas: Zanzibar*. Netherlands: LM Publisdhers.

- Lyne, Roberyt Nunez (2006). *Zanzibar in Contemporary Times*. Zanzibar: Gallery Publications.
- Lourenço, Lourenço (2015a). "Património" in *Revista Património*, Manuel Lacerda (dir.), N.º 3, Lisboa: D.G.P.C.
- Lourenço, Eduardo (2015b). Apresentação a 15 de junho de *Em Diálogo com Eduardo Lourenço*. Lisboa: Centro Nacional de Cultura.
- Markes, Sarah (2020). *Sea Level. A portrait of Zanzibar*. Dar esSalaam: Mkuki Publishers.
- Mattoso, José (dir.) (2010). *Património de Origem Portuguesa no Mundo. África, Mar Vermelho, Golfo Pérsico*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Mello, Adelino António das Neves e (1890). *Zanzibar*. Lisboa: Typografia Minerva Central.
- Oliver, Roland; Mathew, Gervase (ed.) (1963). *History of East Africa*. Vol. I. Oxford: Oxford University Press.
- Ommanney, F. D. (1957). *Isles of Cloves. A view of Zanzibar*. London: The Travel Book Club.
- Palmeirim, Manuela (2006). "Objecto de Arte... Ou a Arte do Objecto?" in *O Eterno Feminino. Emoção e Razão. Colecção do Pintor Eduardo Nery*. Fão: Museu d'Arte.
- Palmeirim, Manuela; Castro, Maria João (2021). *Travessias do Índico. Memória e Património. AHAM*. Lisboa: CHAM.
- Sheriff, Abdul (1991). *Zanzibar Under Colonial Rule*. London: James Currey.
- Sheriff, Abdul (1995). *Historical Zanzibar: Romance of the ages*. ST: HST Publications.
- Sheriff, A. & Jafferji, J. (2008). *Zanzibar Stone Town: An Architectural Exploration*. Zanzibar: Gallery Publications.
- Smith, Valene (1989). *Hosts and Guests. The Anthropology of Tourism*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- Strandes, Justus (1961). *The Portuguese Period in East Africa*. Vol. II. Nairobi: East Africa Literature Bureau.